

São Paulo, 05 de Agosto de 2010

Carta Aberta ao Condepe-SP e à Sociedade Paulista

Pela exoneração imediata do Secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, e do comandante geral da Polícia Militar, Álvaro Camilo;

pela instauração da CPI das Polícias;

Por explicações públicas de Goldman: PM mata negros e pobres. Porque?

Cumprimentamos os membros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE-SP pela iniciativa desta Audiência Pública que, embora tardiamente realizada, merece reconhecimento pela nobreza do que se propõe tratar.

Cabe-nos, entretanto, expor algumas reflexões pertinentes às ações de combate à violência e ao racismo institucional praticada pelo Estado, em especial a partir das ações de suas polícias.

Este Conselho, instituído no ano de 1.991, nasceu com a prerrogativa de: Investigar as violações de direitos humanos no território do Estado de São Paulo; Encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe sejam dirigidas; e estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa Humana. É com esse espírito de luta por justiça que esperamos perceber a atuação desse Conselho!

Em Maio de 2006, o estado de São Paulo vivenciou um dos episódios mais emblemáticos da situação de violência contra negros e pobres: policiais e grupos paramilitares de extermínio ligados à PM promoveram um dos mais vergonhosos escândalos da história brasileira. Em "resposta" ao que se chamou na grande imprensa de "ataques do PCC", foram assassinadas, ao menos, 500 pessoas - que hoje constam entre mortas e desaparecidas. A maioria delas, jovens negros, afro-indígenas e pobres - executadas sumariamente sem qualquer possibilidade de defesa.

A Organização das Nações Unidas para execuções sumárias e extrajudiciais, a Human Rights Watch, ONG internacional de direitos humanos e o Relatório Anual sobre Direitos Humanos da Anistia Internacional a apresentaram, nos últimos dois anos, dados que demonstram a monstruosidade da polícia de SP. Ações desumanas como a "Operação Saturação" ocorrida no Jardim Paraíso, bairro da zona Sul de São Paulo, em fevereiro de 2009, quando houve uso excessivo de força, intimidações, revistas arbitrárias e abusivas, extorsão e roubo por parte dos policiais, a violência e a carnificina como regra.

Ações dos movimentos

Não é de hoje que inúmeros defensores de direitos humanos, movimentos negros, movimentos sociais, sindicatos, parlamentares e familiares de vítimas da violência policial apresentam denúncias com suas respectivas provas, testemunhos e farta documentação relacionada ao tema e expõe suas reivindicações diante do Estado.

Em 19 de Novembro de 2009, véspera do feriado da Consciência Negra, movimentos negros e sociais apresentaram uma REPRESENTAÇÃO, protocolada junto ao Governo do Estado de São Paulo, na Secretaria de Justiça e Cidadania, no Ministério Público, no Gabinete do Procurador Geral de Justiça, na Defensoria Pública e na Assembleia Legislativa, com a Comissão de Direitos Humanos. Infelizmente, a inércia absoluta e total omissão política por parte do Governo do Estado de São Paulo desdobraram os assassinatos dos dois jovens trabalhadores motoboys negros Eduardo Luís Pinheiro dos Santos, 30 anos e Alexandre Santos, 25 anos. Diante disso e após muita pressão dos movimentos, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo chamou a realização de uma Audiência Pública sobre violência policial e racial.

Em meio esses acontecimentos, Movimentos protocolaram no último dia 5 de maio, um requerimento exigindo uma audiência imediata com o Governador Alberto Goldman, além de explicações públicas (protocolo 38391/2010, de 11 de maio de 2010). A resposta foi negativa.

Em 9 de Junho de 2010, em Audiência Pública sobre violência policial, convocada pela Assembleia Legislativa de SP, o Governador e seus Secretários não compareceram.

Diante da sistemática negativa do governador, que recusou todos os apelos por diálogo, os movimentos resolveram organizar "Dia de Denúncia do Genocídio da População Negra".

No dia 6 de Julho representantes do MNU-Movimento Negro Unificado, UNEafro-Brasil, Tribunal Popular, Amparar, ABPN e representante de moradores de Paraisópolis e a Sra. Maria Aparecida de Oliveira Menezes, mãe do motoboy Alexandre Menezes do Santos, assassinado pela PM, dirigiram-se ao Palácio dos Bandeirantes com o intuito de protocolar um Dossiê que denuncia de torturas e assassinatos de jovens negros e pobres pela PM de SP e que exige do governador, Alberto Goldman, do PSDB, a exoneração imediata do Secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, e do comandante geral da Polícia Militar, coronel Álvaro Camilo.

PM assassina, governo conivente

Em resposta a pressão e às denúncias encampadas pelos movimentos, o Governador Alberto Goldman promoveu iniciativas para maquiagem sua responsabilidade diante do genocídio. Medidas completamente inócuas foram tomadas, tais como assinaturas de "Termo de Cooperação Técnica", que promete treinar a PM a "tratar melhor" a população negra, bem como a Lei 442, que prevê multa a empresas e pessoas físicas que cometerem atos discriminatórios, como se fosse possível mensurar em UFESPs (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo) ou em Reais, o crime premeditado de racismo.

Ao mesmo tempo, nas primeiras 36 horas após o atentado contra o tenente-coronel Paulo Adriano Telhada, comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), policiais militares mataram sete pessoas na cidade de São Paulo. O número de casos depois do atentado a Telhada é seis vezes a média diária de 0,78 caso de tiroteio com morte registrada pela corporação no primeiro semestre deste ano na cidade - 141 casos em 181 dias.

Diante desta realidade, nós, movimentos sociais e movimento negro chamamos o Condepe-SP a uma atuação mais contundente e construtiva junto aos setores sociais que estão em efetivo combate contra as injustiças e a violência praticada pelo Estado e pelos Governos do PSDB/DEM dirigidos sistematicamente à pobres e negros.

Valorizamos a iniciativa desta Audiência Pública, que se soma aos esforços já realizados, mas não entendemos o porque da construção desse momento sem a presença dos movimentos que têm feito luta sistemática contra este Estado opressor. Não temos dúvidas quanto a importância da organização de uma grande frente de lutas e mobilizações que conte inclusive com a participação do Condepe-SP, desde que de maneira autônoma e independente do governo.

Uma vez mais explicitamos: é necessária a construção de uma grande frente de lutas e mobilizações para o enfrentamento do que observamos, aterrorizados, a cada dia em nossas comunidades. Para dar cabo à política de repressão e genocida do Estado e dos governos retrógrados de Goldman e Kassab, é necessário muito mais que articulações de gabinetes ou aprovações de leis e/ou portarias inócuas. É necessário, acima de tudo, unidade dos grupos oprimidos e muita luta prática.

Reiteramos aqui nossas reivindicações e exigências:

- Demissão imediata do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Sr. Antonio Ferreira Pinto;
- Demissão imediata do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Cel PM Alvaro Batista Camilo;
- Tipificação dos casos de violência policial, que resultem ou não em mortes, como crimes de tortura, conforme a Lei 9455/97;
- Instituição de uma CPI das Polícias de São Paulo, que vise desmantelar milícias, apurar denúncias/crimes e punir responsáveis;
- Fortalecimento das Ouvidorias e Construção de uma Corregedoria única, autônoma, controle e fiscalização por parte da sociedade civil;
- Desmilitarização e unificação das polícias;
- Debate Público sobre o conteúdo teórico e prático de formação para policiais, bem como a instituição de um Grupo de Trabalho por esta casa, para elaboração de legislação sobre forma e o conteúdo do treinamento e formação de policiais;
- Criação de Grupos de Trabalhos Temáticos que provoquem debates públicos e elaborem projetos de lei que atendam as seguintes demandas: Fim do registro de "Resistência seguida de morte" ou "Auto de resistência" para as execuções sumárias; Fim dos fóruns privilegiados para Autoridades e Polícias; Exigência de indenizações para todas as vítimas de violência e/ou seus familiares; Federalização de processos; Fim das ações violentas em despejos e reintegrações de propriedades; Direitos Humanos para população indígena e LGBT; Debate Público e elaboração de políticas de estado de promoção da reparação histórica dirigida à população negra e indígena.

Assinam:

Amparar, Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular, Círculo Palmarino, MNU - Movimento Negro Unificado, MST, A Organização Popular Aymbere, Rede Grumin de Mulheres Indígenas, Tribunal Popular, UNEafro-Brasil.